

Handwritten signatures and initials in the top left corner, including the name "TODRIR" and other illegible marks.



RELATÓRIO

DE

GESTÃO

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ANO - 2013

INDICE

Introdução -----	3
Órgãos do Município -----	5
Assembleia Municipal de Tondela – Órgão deliberativo -----	5
Câmara Municipal de Tondela – órgão executivo -----	6
Participações do Município de Tondela -----	8
Participações Societárias em 31 de dezembro de 2013 -----	8
Outras Participações em 31 de dezembro de 2013 – Não Societárias -----	9
Estrutura Orgânica do Município -----	11
Recursos Humanos -----	12
Análise Orçamental -----	14
Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado -----	14
Princípio do equilíbrio -----	17
Execução da receita -----	18
Execução da despesa -----	19
Execução das GOP's – Grandes Opções do Plano -----	21
Análise Patrimonial -----	27
Balanço -----	27
Demonstração de Resultados -----	21
Fluxos de Caixa -----	33
Limites Legais para o Ano de 2013 -----	36
Redução de trabalhadores nas autarquias locais -----	36
Limites ao endividamento da autarquia: Médio/Longo Prazo e Líquido -----	36
Pagamentos em atraso -----	39
Compromissos futuros -----	41
Aplicação da variação da receita de IMI na redução do endividamento -----	41
Considerações Finais -----	43
Proposta de Aplicação de Resultados -----	44

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão de 2013 do Município de Tondela foi elaborado em conformidade com as normas técnicas estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)¹, em respeito pelas disposições consagradas na Lei das Finanças Locais², e ainda, em observância das instruções do Tribunal de Contas para a organização e documentação das contas das autarquias locais, aprovadas pela Resolução n.º 4/2001, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 26/2013, publicadas no Diário da República 2ª série, N.º 226, de 21 de novembro de 2013.

Neste Relatório pretende-se espelhar e evidenciar, de forma objetiva, clara e detalhada, a situação económica, orçamental, patrimonial e financeira do Município de Tondela, bem como salientar as atividades/investimentos mais relevantes desenvolvidas ao longo do exercício económico de 2013, em resultado das opções estratégicas e políticas delineadas pelo executivo.

Na metodologia adotada, numa perspetiva de clareza e objetividade, foram elaborados quadros e gráficos por forma a ilustrar os dados referentes à execução do ano, bem como, utilizados elementos relativos à execução dos anos anteriores, para melhor enquadramento e comparação das variáveis mais significativas da gestão municipal.

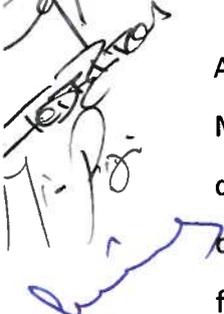
Importa salientar que no ano de 2013 continuou a verificar-se uma situação macroeconómica negativa marcada pelo Programa de Assistência Externa, face ao pedido de resgate que o Governo Português apresentou em 2011, o que se agravou face à conjuntura económica internacional.

¹ Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro.

² Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de Dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 55-A/2010, de 31 de Dezembro e 64-B/2011, de 30 de Dezembro.



As restrições orçamentais, as dificuldades crescentes por que passam muitas famílias sem emprego e empresas sem crédito, ou com um mercado retrativo, não deixam de vincar marcas na economia local, com inevitáveis consequências na atividade económica do Município.



A este cenário, deveremos associar as permanentes obrigações legais a que o Município está obrigado, quer decorrentes da Lei do Orçamento do Estado, quer do quadro dos Organismos da Administração e das entidades a quem devemos a obrigação de reportar, de forma permanente, a avaliação dos diferentes indicadores financeiros e de gestão.



Apesar de ser compreensível, não deixam de ser fatores restritivos e limitadores da ação autárquica, face à obrigação da redução da despesa com vista à consolidação orçamental do país.

Por outro lado, também devemos realçar o facto de no presente ano de 2013 ter sido renegociada e suspensa pelo Governo uma medida prevista no Acordo de Assistência Financeira e que previa um novo corte nas transferências do Estado para as Autarquias.

A este cenário, a nova Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, também vem posicionar-nos perante um novo paradigma na definição das competências e da articulação das autarquias locais, o que começou a ser desenhado no presente ano, num quadro de negociação partilhada com as Juntas de Freguesia.

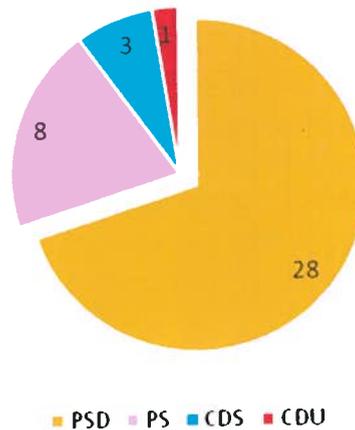
Estes desafios assumem como relevante a determinação política e a capacidade de agregar energias para que se possa contrariar este ciclo negativista e acrescentar esperança para o futuro do nosso concelho.

ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

Assembleia Municipal de Tondela – órgão deliberativo

De acordo com o exposto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Tondela é constituída por quarenta membros, que tomaram posse no dia catorze de outubro. Vinte e um cidadãos diretamente eleitos por escrutínio secreto e universal do colégio eleitoral do concelho e dezanove cidadãos que encabeçaram as listas mais votadas na eleição para as assembleias de freguesia e assembleias de uniões de freguesia.

Composição da Assembleia Municipal a 31-12-2013



Mesa da Assembleia Municipal:

Presidente: Carlos Manuel Cortez Henriques da Cunha

1º Secretário: Sérgio de Sousa Rodrigues

2º Secretário: Sandra Patrícia Almiro Coimbra

No ano de 2013, a Assembleia Municipal de Tondela realizou cinco sessões ordinárias a: vinte e cinco de fevereiro, trinta de abril, vinte e oito de junho, dois de setembro e vinte de dezembro, e uma sessão extraordinária no dia vinte e oito de outubro.

Os membros da Assembleia Municipal, em representação do órgão, participam em reuniões de diversos Organismos:

- Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Dão Lafões
- Conselho Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses
- Conselho Municipal de Educação
- Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
- Núcleo Local de Inserção
- Assembleia Distrital de Viseu
- Comissão Municipal de Defesa da Floresta e Fogos Florestais
- Conselho Cinegético
- ACES Viseu Dão Lafões

Câmara Municipal de Tondela – órgão executivo

De acordo com o estipulado na Lei nº 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, o órgão executivo do concelho de Tondela é composto pelo presidente e seis vereadores, visto nas eleições autárquicas de 30 de setembro de 2013, o concelho ter 29.771 eleitores.

Durante o ano de 2013, a Câmara Municipal realizou 23 reuniões ordinárias e 3 reuniões extraordinárias.

Handwritten notes and signatures:
 - Top left: Signature
 - Middle left: "Reservado" (crossed out)
 - Below: "Mia Pires"
 - Bottom left: "all" with a signature

Executivo Municipal e Distribuição de Pelouros

José António Gomes de Jesus
Presidente

- Gestão financeira
- Obras pública
- Educação
- Ambiente e saneamento básico
- Relações institucionais e cooperação externa

Luís Miguel Saraiva Rodrigues
Vice-Presidente

Carla Fátima Dias Antunes
Carmona Pires
Vereadora

Pedro Luís de Jesus Ferreira
Adão
Vereador

- Recursos Humanos
- Administração geral
- Defesa de consumidor
- Serviços Higiene-sanitário
- Inventário e património
- Modernização administrativa
- Cemitério
- Fiscalização Municipal
- Feira
- Desporto

- Proteção civil
- Segurança e mobilidade
- Floresta
- Ação social e habitação
- Estaleiro municipal e espaços verdes
- Iluminação pública
- Apoio às Juntas de Freguesia

- Urbanismo, planeamento e obras particulares
- Agricultura e desenvolvimento rural
- Mercado municipal
- Indústria, comércio e serviços
- Desenvolvimento económico
- Empreendedorismo
- Cultura
- Turismo e juventude

Vereadores sem Pelouros Atribuídos

Cílio Pereira Correia
Vereador

Maria Otilia Gomes Carmo
Barata
Vereadora

José Carlos Henriques Vieira
Coimbra
Vereador

PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TONDELA

Participações Societárias em 31 de dezembro de 2013



Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos Sólidos Planalto Beirão, S.A.

A ECOBEIRÃO tem como missão a promoção dos interesses dos seus associados na criação de um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, que permita encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do Ambiente e à preservação da beleza da região, bem como o seu desenvolvimento estratégico e o domínio da investigação de recursos que potenciem o país como território de desenvolvimento económico e cultural.

Tondelviva – Investimentos Urbanos, S.A.

Sediada na cidade de Tondela, esta sociedade tem como propósito a criação, desenvolvimento, construção, gestão e exploração de áreas de desenvolvimento urbano de construção prioritária, de infraestruturas rodoviárias, desportivas, educativas, culturais e de lazer, de áreas de localização empresarial, parques industriais, parques de negócios, tecnopolos de requalificação urbana, comercial e ambiental.

EPT - Escola Profissional de Tondela, CIPRL

É atribuição da Cooperativa Escola Profissional de Tondela contribuir, numa visão abrangente, para a formação integral dos jovens e dos quadros ativos, preparando-os para um exercício profissional adequado, desenvolvendo os mecanismos necessários de aproximação entre a escola e o mundo do trabalho, promovendo também, em conjunto com outros agentes e instituições locais, a concretização de projetos de formação de recursos humanos qualificados que respondam às necessidades do desenvolvimento local e regional.

Outras Participações em 31 de dezembro de 2013 – Não Societárias

ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses

A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do poder local, em especial a defesa dos municípios e das freguesias perante os órgãos de soberania, a realização de estudos e projetos sobre assuntos relevantes do poder local, a criação e manutenção de serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica destinada aos seus membros e desenvolvimento de ações de informação dos eleitos locais e de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal da administração local.

AMRPB - Associação Municípios Região Planalto Beirão

Abrangendo atualmente dezanove municípios, a Associação articula os investimentos municipais de interesse intermunicipal e a coordenação das atuações entre municípios e os serviços da administração central e o planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supra municipal, na área das redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e de resíduos urbanos, permitindo encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do Ambiente e à preservação da beleza da região.

CIM - Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Constituída atualmente por 14 municípios, a CIMVDL visa a promoção do planeamento e da gestão estratégica de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido pela comunidade, a articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal, a participação na contratualização e gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional no âmbito do QREN e o planeamento das atuações de entidades públicas de caráter supramunicipal.

CESAB - Centro de Serviços do Ambiente – CESAB

Criada em 1992 com o objetivo de prestar apoio técnico e científico ao desenvolvimento de ações de proteção ambiental, nomeadamente à exploração de sistemas de saneamento básico, ao controlo de águas, quer para abastecimento,

quer de águas residuais e ainda de investigação científica e tecnológica na área dos tratamentos de águas.

ADICES – Associação de Desenvolvimento Local

A ADICES é uma entidade privada sem fins lucrativos que tem por objeto “promover o desenvolvimento local e regional integrado através da dinamização sociocultural e económica e da promoção de iniciativas nas áreas dos recursos humanos, da formação, do ambiente, da igualdade de oportunidades e do género, do turismo e do património, da cultura e do apoio às atividades produtivas”. A Associação promove também os estudos, a investigação, a cooperação e a atuação no âmbito do desenvolvimento local e regional em articulação com outras entidades públicas e privadas que prossigam os mesmos fins.

TCP - Turismo Centro Portugal

Este organismo público privilegia principalmente a valorização turística do território, visando o aproveitamento sustentado dos recursos turísticos, da promoção turística, do estabelecimento de parcerias, da instalação, exploração e funcionamento da oferta turística e da formação e certificação profissional, no quadro das orientações e diretrizes da política de turismo definida pelo Governo e nos planos plurianuais das administrações central e local.

Associação das Termas de Portugal

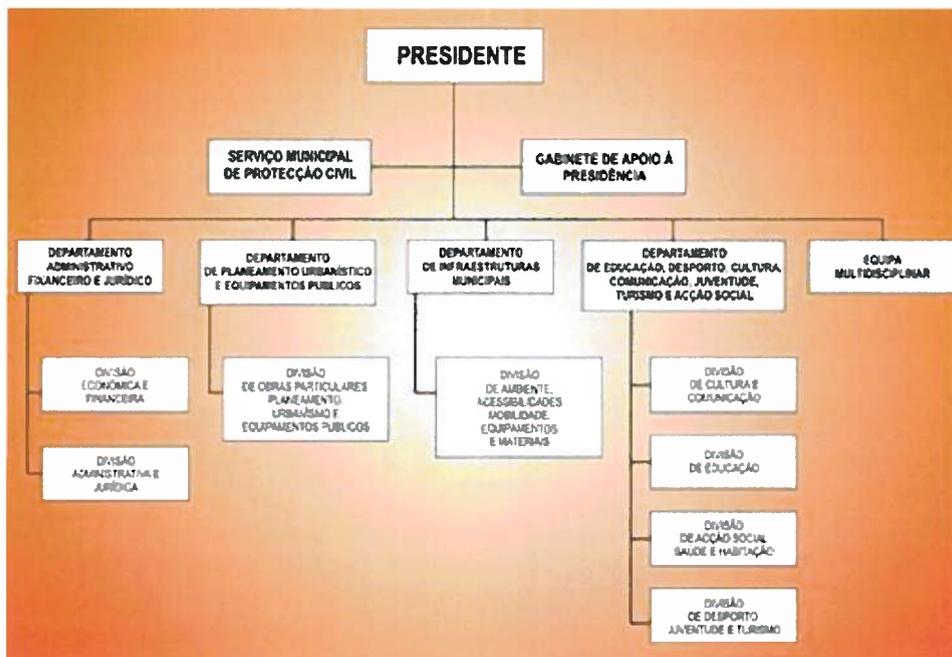
Constituída a 16 de Dezembro de 1996 e com um universo de 38 associados, tem como objetivo o estudo e desenvolvimento dos interesses relativos ao termalismo e às estâncias termais, a prática e a promoção de tudo o que possa contribuir para o progresso técnico, económico ou social. Nomeadamente pretende valorizar, a nível nacional, a projeção socioeconómica dos sectores nela integrados, unir todos os associados com vista à defesa dos seus legítimos interesses e ao exercício comum dos seus direitos e obrigações e a sua representação junto das entidades públicas e privadas bem como de organizações patronais e de trabalhadores.

ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Por deliberação tomada no dia 13 de Dezembro de 2012, e posterior aprovação pela Assembleia Municipal de 21 de Dezembro de 2012, em harmonia com o previsto no Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de Outubro, conjugado com a Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto, foi aprovada a nova Estrutura Orgânica do Município de Tondela, cuja estrutura se apresenta.



Contudo, no uso da faculdade prevista no n.º 7 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Câmara Municipal deliberou manter as comissões de serviço vigentes à data, até ao término das mesmas, o que, no quadro dos citados postulados legais, suspende a nova estrutura orgânica, mantendo-se em vigor a estrutura aprovada pela Câmara Municipal, em 21 de Dezembro de 2010, e pela Assembleia Municipal, em 29 de Dezembro de 2010, que se reproduz.

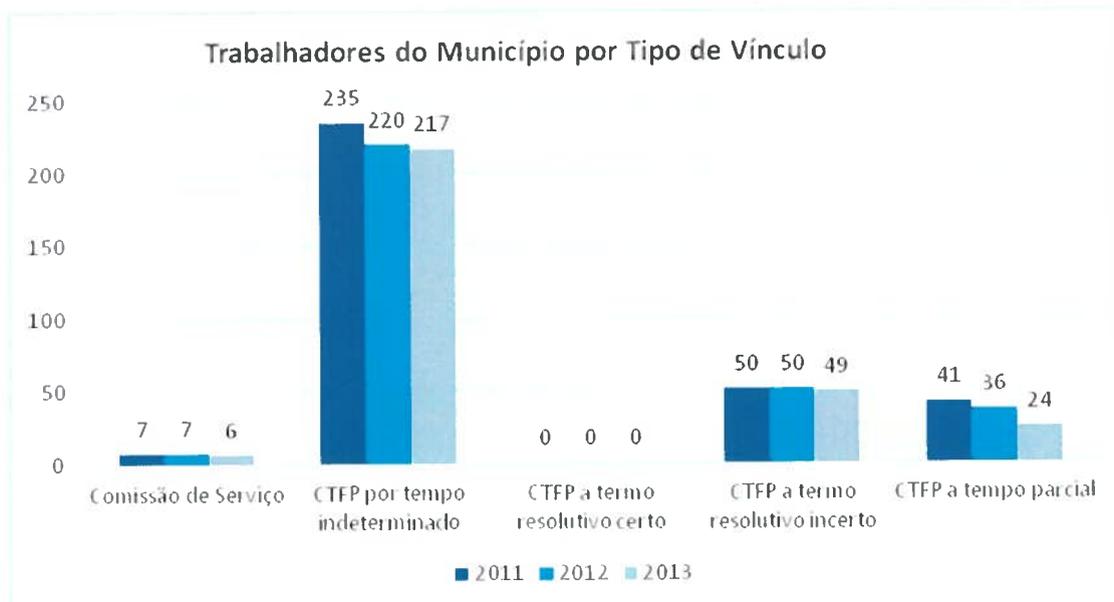


Diretores de Departamentos e Chefes de Divisão em 31-12-2013:

- Departamento de Planeamento urbanístico e equipamentos públicos – Eng^o Manuel Augusto Dias Andrade;
- Departamento de infraestruturas municipais – Eng^o António José Ferreira Silva;
- Divisão de ambiente, acessibilidade, mobilidade, equipamentos e materiais – Eng^a Maria João Frutuoso Fernandes;
- Divisão de cultura e comunicação – Dr. Hélder Chilras Abraços;
- Divisão de desporto, juventude e turismo – Prof. Carlos Alberto Cardoso Henriques;

RECURSOS HUMANOS

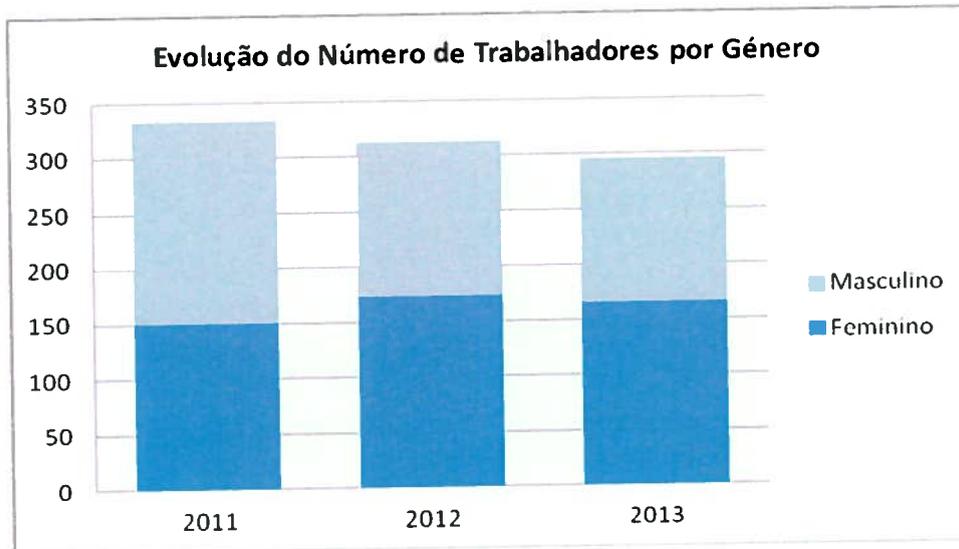
Em 31 de dezembro de 2013, no Município de Tondela existiam 296 trabalhadores, cuja distribuição por tipo de vínculo é aquela que se evidencia no gráfico seguinte.



Durante o ano de 2013, registou-se a saída de 41 trabalhadores, 36 por caducidade dos contratos, todos afetos à área da educação, 1 por rescisão de contrato por iniciativa do trabalhador, 3 por aposentação e 1 por falecimento. Paralelamente,

registou-se a entrada de 24 trabalhadores, 22 contratados para a área da educação (professores das Atividades de Enriquecimento Curricular), e 2 trabalhadores em regime de mobilidade interna.

Em síntese, globalmente, assistimos no ano de 2013 a uma redução de 17 trabalhadores, ou seja, o Município de Tondela apresenta, em 2013, menos 5,43% de efetivos do que em 2012, dos quais 56% são do sexo feminino e 44% do sexo masculino.



Contratos de Emprego e Inserção (CEI) e Estágios do IEFP

No âmbito da Portaria nº 128/2009 de 30 de janeiro, alterada pela Portaria nº 164/2011 de 18 de abril, o Município de Tondela viu aprovadas pelo IEFP candidaturas de CEI's que ocuparam cerca de 50 pessoas durante o ano de 2013, essencialmente para o setor da educação, no apoio às refeições escolares e prolongamentos de horários nos Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico, e para o estaleiro municipal, em tarefas de manutenção de infraestruturas e equipamentos municipais.

Ainda ao abrigo da Medida Emprego Estágios aprovada pela Portaria nº 204-B/2013 de 18 de julho, o Município de Tondela obteve a aprovação de candidaturas pelo IEFP que permitiram o início de estágio, ainda em 2013, a um total de 31 candidatos, para o desempenho de funções nas mais diversas áreas de atuação do Município, educação, turismo, contabilidade, entre outras.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado

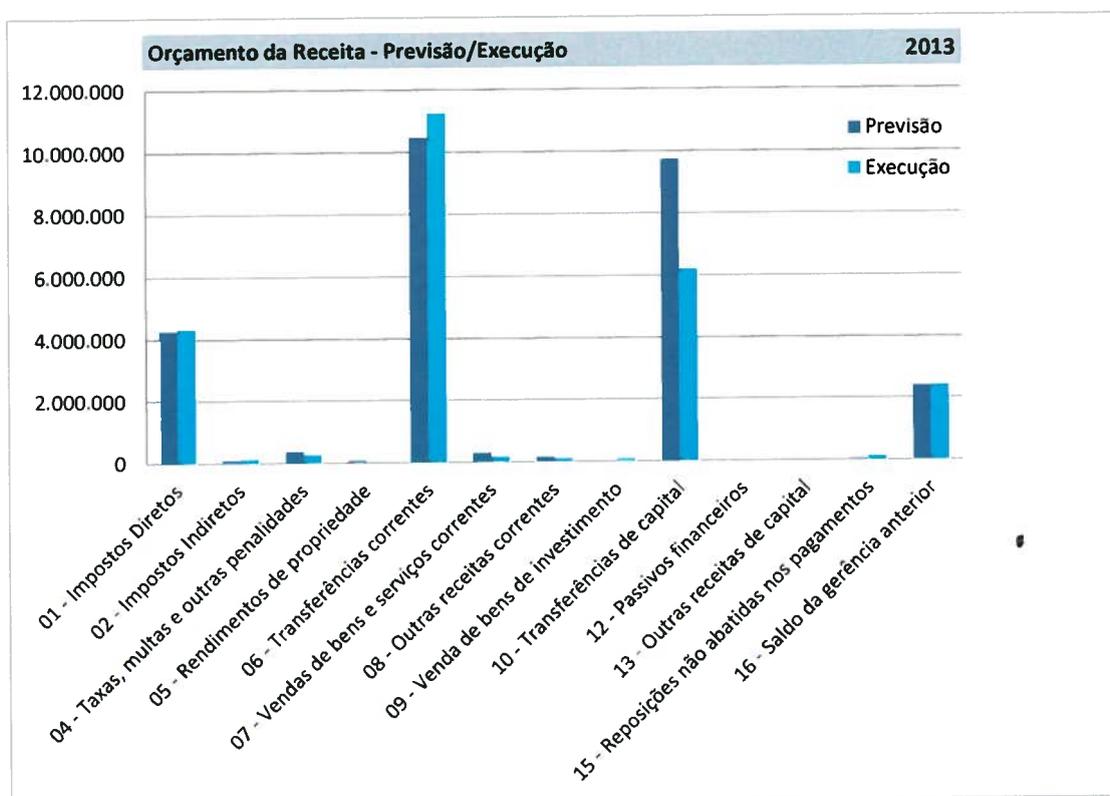
Da comparação entre orçamento inicial, final e executado é possível concluir sobre o grau de concretização das previsões iniciais, designadamente em matéria de arrecadação da receita estimada, a qual por sua vez condiciona a despesa.

	Orçamento			Execução		
	Inicial	Final	Desvio	Execução	Desvio	Grau de Execução (%)
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	(5)=(4)-(2)	(6)=(4)/(2)*100
RECEITA						
01 - Impostos Diretos	3.909.957	4.260.182	350.225	4.317.656,51	57.474,41	101%
02 - Impostos Indiretos	86.992	86.992	0	109.947,72	22.955,51	126%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	335.906	335.906	0	240.124,46	-95.781,85	71%
05 - Rendimentos de propriedade	67.609	67.609	0	15.241,51	-52.367,07	23%
06 - Transferências correntes	10.448.456	10.448.456	0	11.247.290,87	798.834,49	108%
07 - Vendas de bens e serviços correntes	290.589	290.589	0	152.812,52	-137.775,99	53%
08 - Outras receitas correntes	156.085	156.085	0	78.006,24	-78.078,95	50%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	15.295.594	15.645.819	350.225	16.161.079,83	515.260,55	103%
09 - Venda de bens de investimento	750	750	0	64.700,00	63.950,00	8627%
10 - Transferências de capital	10.943.554	9.728.950	-1.214.604	6.173.785,90	-3.555.164,09	63%
12 - Passivos financeiros	150	150	0	0,00	-150,00	0%
13 - Outras receitas de capital	100	100	0	9.306,77	9.206,77	9307%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	10.944.554	9.729.950	-1.214.604	6.247.792,67	-3.482.157,32	64%
15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	48.821	48.821	0	90.332,42	41.511,52	185%
16 - Saldo da gerência anterior	0	2.393.689	2.393.689	2.393.689,06	0,00	100%
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	48.821	2.442.510	2.393.689	2.484.021,48	41.511,52	102%
TOTAL DA RECEITA	26.288.969	27.818.279	1.529.310	24.892.893,98	-2.925.385,25	89%
DESPESA						
01 - Despesas com pessoal	5.160.261	4.997.973	-162.288	4.921.769,94	-76.203,06	98%
02 - Aquisições de bens e serviços	5.232.583	6.210.805	978.222	5.162.103,13	-1.048.702,21	83%
03 - Juros e outros encargos	90.215	34.435	-55.780	34.006,23	-428,34	99%
04 - Transferências correntes	2.599.638	3.224.386	624.748	2.933.551,20	-290.835,23	91%
05 - Subsídios	0	0	0	0,00	0,00	
06 - Outras despesas correntes	108.126	366.126	258.000	354.224,90	-11.901,10	97%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	13.190.823	14.833.725	1.642.902	13.405.655,40	-1.428.069,94	90%
07 - Aquisição de bens de capital	10.747.998	10.002.583	-745.415	7.165.618,61	-2.836.964,18	72%
08 - Transferências de capital	901.394	1.397.345	495.951	1.086.799,85	-310.545,45	78%
09 - Ativos financeiros	0	0	0	0,00	0,00	
10 - Passivos financeiros	1.415.754	1.584.426	168.672	1.584.275,59	-150,21	100%
11 - Outras despesas de capital	33.000	200	-32.800	0,00	-200,00	0%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	13.098.146	12.984.554	-113.592	9.836.694,05	-3.147.859,84	76%
TOTAL DA DESPESA	26.288.969	27.818.279	1.529.310	23.242.349,45	-4.575.929,78	84%

O total do orçamento final comparativamente ao total do orçamento inicial evidencia, em termos líquidos, um incremento de 1.529.310€ das previsões de receita e de despesa. O referido aumento é o resultado combinado das revisões orçamentais realizadas durante o exercício de 2013. Por um lado, verificou-se um aumento do orçamento pela integração do saldo da gerência anterior, e por outro, uma redução do orçamento por força da não concretização da comparticipação prevista para 2013, fruto da reprogramação financeira estratégica definida no

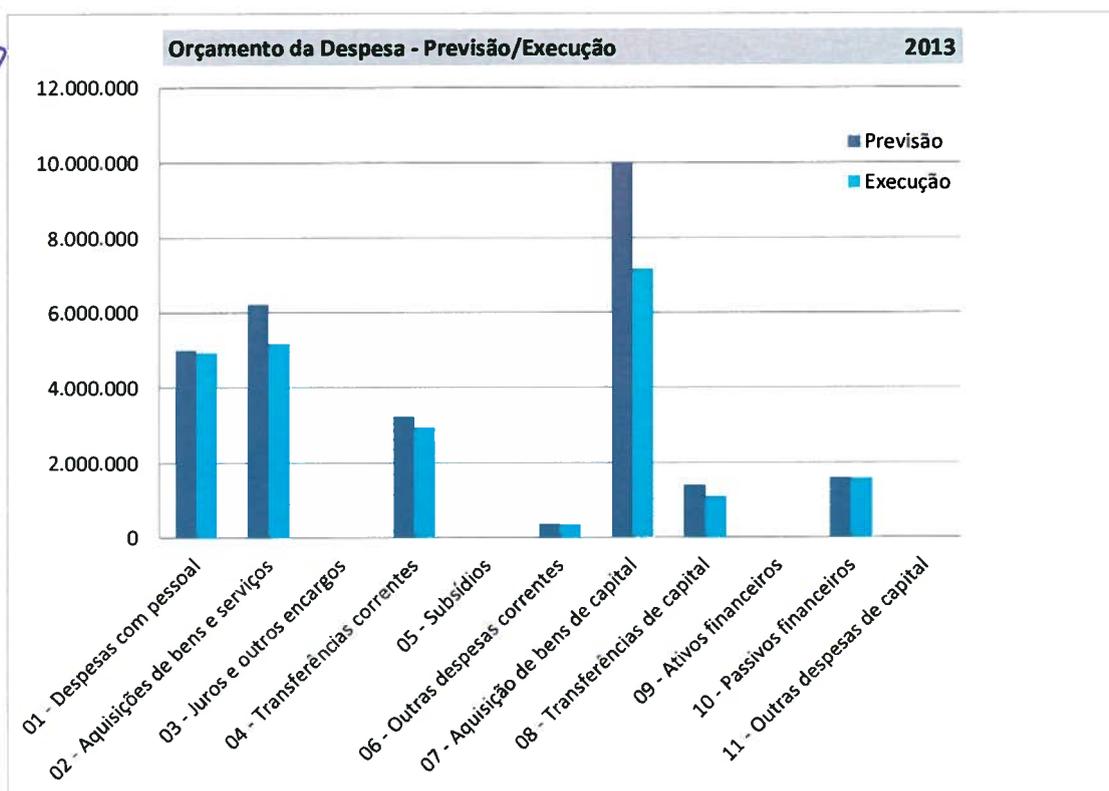
âmbito dos Fundos Comunitários, ainda que a mesma tenha sido compensada, em parte, pelo aumento das previsões de receitas provenientes dos Impostos Diretos.

Para além disso, durante o ano de 2013, foram realizadas no total 13 alterações orçamentais, que tiveram como objetivo ajustar as previsões orçamentais às necessidades da sua execução. Tratando-se de um documento de natureza previsional, o Orçamento Municipal apresenta obviamente diferenças entre a dotação prevista e a execução. As divergências verificadas em cada uma das rubricas da Receita e da Despesa encontram-se refletidas nos gráficos que a seguir se apresentam.



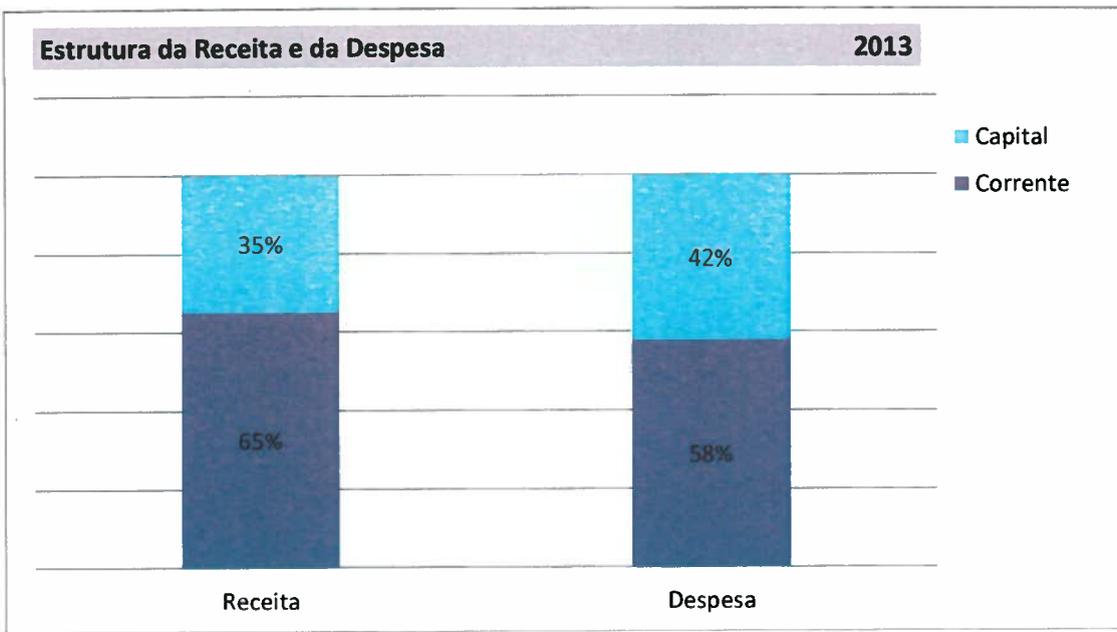
Do gráfico acima infere-se que é no capítulo das transferências de capital que o desvio entre a previsão corrigida e a execução final da receita assume maior expressão. A este nível registaram-se cerca de menos 3,5 milhões de euros do que o inicialmente previsto para 2013, desvio integralmente explicado pela execução das receitas provenientes do Estado a título de comparticipação comunitária em projectos co-financiados.

De certa forma, em consequência do exposto, e tal como se demonstra no gráfico seguinte, verifica-se que do lado da despesa, o desvio mais significativo, entre a dotação corrigida e a execução da despesa paga, ocorre no agrupamento relativo à aquisição de bens e serviços de capital, visto estarmos perante despesas que, na sua grande maioria, são objeto de financiamento comunitário.



A estrutura da Receita e da Despesa, no exercício de 2013, em termos de execução e segundo uma perspectiva corrente e de capital, encontra-se evidenciada no gráfico seguinte. Consta-se que o peso relativo das rubricas correntes é sempre superior ao das rubricas de capital, tanto no lado da Receita como da Despesa, sendo que as receitas correntes se apresentam superiores às despesas correntes, com pesos relativos na estrutura orçamental de 65% e 58%, respetivamente.

Handwritten signatures and notes:
 - Top signature: *Amorim*
 - Middle signature: *Trindade*
 - Bottom signature: *Alc.*
 - Vertical text on the right: *FORTE*



Princípio do equilíbrio

O princípio do equilíbrio orçamental, previsto no ponto 3.1.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, obriga a que o orçamento das autarquias locais preveja as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

A aplicação deste princípio permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de capital. No ano de 2013, o cumprimento desta norma legal permitiu ao Município de Tondela atingir uma poupança corrente de 2.755.424,43€.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	2010	2011	2012	2013
RECEITAS CORRENTES	14.319.361,38	13.660.288,21	13.908.647,70	16.161.079,83
DESPESAS CORRENTES	14.183.479,70	13.184.120,06	12.250.688,79	13.405.655,40
SALDO CORRENTE	135.881,68	476.168,15	1.657.958,91	2.755.424,43

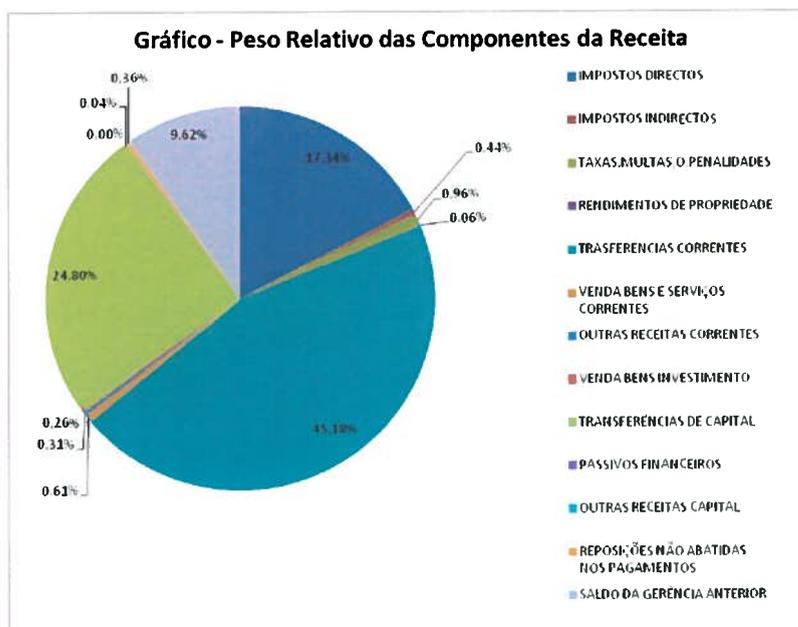
Analisando os dados referentes à execução orçamental do último quadriênio, conforme quadro anterior, verificamos que o Município de Tondela não só cumpre o princípio do equilíbrio orçamental, em qualquer um dos anos em análise, como

registra uma evolução positiva na estrutura da execução orçamental, com um aumento do superavit corrente que permite, de forma sustentada, financiar o investimento.

Execução da receita

Na globalidade a receita cobrada bruta, em 2013, atingiu o valor de 24.892.893,98€, o que corresponde a um grau de execução de aproximadamente 89,48%. Comparativamente com o grau de execução registado em 2012, verificou-se uma melhoria de cerca de 19%.

O gráfico abaixo evidencia a estrutura da receita, bem como o peso relativo de cada uma das origens de financiamento do Município de Tondela, no ano de 2013.



As transferências correntes e as transferências de capital são as fontes de receita com maior relevo no valor total arrecadado pelo Município em 2013, representando 45,18% e 24,80% respetivamente.

Sem prejuízo da melhoria verificada no grau de execução da receita atrás referido, verificou-se, contudo, que a receita cobrada em 2013 face a 2012, diminuiu em 5,75%. Esta diminuição é explicada principalmente pela diminuição das transferências de capital, desde logo, nas receitas provenientes de fundos comunitários mas também, pelo aumento das transferências correntes em

detrimento das de capital, resultante da alteração aprovada no Orçamento de Estado para 2013 à proporção até então existente, entre receita corrente e de capital, nas transferências do FEF.

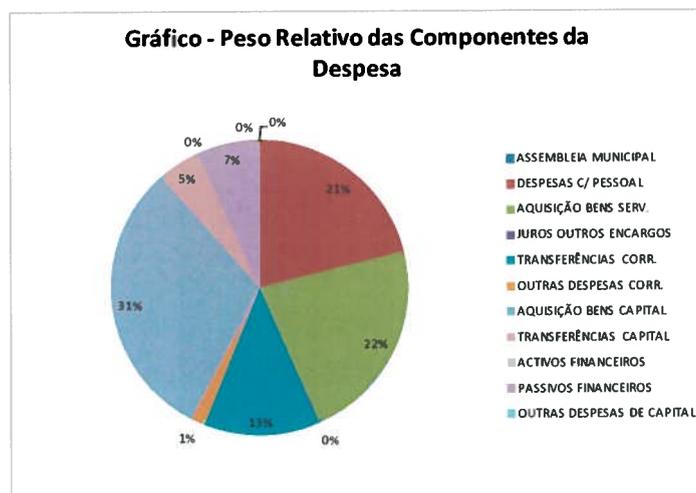
Quadro – Evolução da receita cobrada entre 2012 e 2013

(valores em euros)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (Capítulo)	DESIGNAÇÃO	RECEITA COBRADA BRUTA		
		Ano 2013	Ano 2012	% VARIAÇÃO
01	IMPOSTOS DIRECTOS	4.317.656,51	4.064.653,30	6,22%
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	109.947,72	100.196,83	9,73%
04	TAXAS, MULTAS, O. PENALIDADES	240.124,46	304.019,00	-21,02%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	15.241,51	71.135,48	-78,57%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.247.290,87	9.016.023,09	24,75%
07	VENDA BENS E SERVIÇOS CORRENTES	152.812,52	250.214,07	-38,93%
08	OUTRAS RECETAS CORRENTES	78.006,24	102.405,93	-23,83%
09	VENDA BENS INVESTIMENTO	64.700,00	21.330,40	203,32%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.173.785,90	9.836.346,37	-37,23%

Execução da despesa

No ano de 2013 a despesa total do Município atingiu os 23.242.349,45€, com um grau de execução de cerca de 84%. Saliente-se que, todos os agrupamentos de despesa apresentaram graus de execução bastante elevados, acima dos 70%, o que denota, desde logo, rigor em termos da previsão da despesa.



Analisando o gráfico apresentado, constatamos facilmente que a grande fatia da despesa recai sobre as despesas com aquisição de bens de capital, com um peso de 31% na execução global da despesa.

Quadro – Evolução da despesa paga entre 2012 e 2013

(valores em euros)

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (Agrupamento)	DESIGNAÇÃO	DESPESA PAGA		
		Ano 2013	Ano 2012	% VARIACÃO
DESPESAS CORRENTES		13.405.655,40	12.250.688,79	9,43%
01	DESPESAS C/ PESSOAL	4.922.026,98	4.744.278,13	3,75%
02	AQUISIÇÃO BENS SERV.	5.161.846,09	4.498.458,76	14,75%
03	JUROS OUTROS ENCARGOS	34.006,23	138.847,20	-75,51%
04	TRANSFERÊNCIAS CORR.	2.933.551,20	2.692.093,65	8,97%
06	OUTRAS DESPESAS CORR.	354.224,90	177.011,05	100,11%
DESPESAS DE CAPITAL		9.836.694,05	11.014.107,64	-10,69%
07	AQUISIÇÃO BENS CAPITAL	7.165.618,61	8.596.433,44	-16,64%
08	TRANSFERÊNCIAS CAPITAL	1.086.799,85	835.591,55	30,06%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.584.275,59	1.582.082,65	0,14%

Atendendo ao que reflete o quadro da variação da despesa entre o ano de 2012 e 2013, verifica-se desde logo um aumento nas despesas correntes com maior incidência nas rubricas das despesas com pessoal e nas outras despesas correntes.

Em relação às despesas com pessoal, a variação positiva registada ficou a dever-se, ao pagamento do subsídio de férias pelo Município de Tondela aos seus trabalhadores, na sequência do chumbo do Tribunal constitucional em relação ao corte dos subsídios de férias dos funcionários públicos para o ano de 2013.

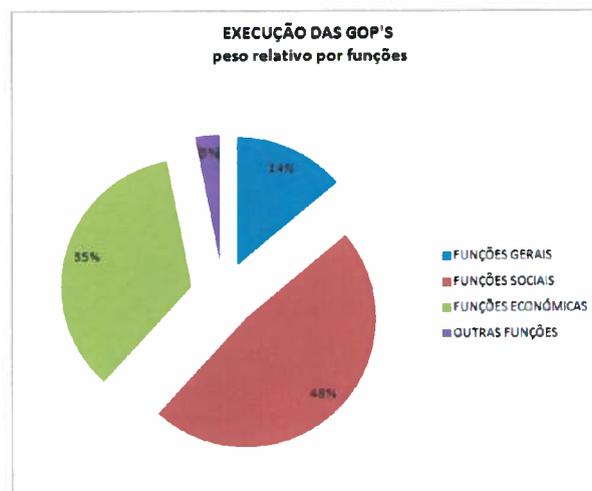
No que concerne às outras despesas correntes, o valor despendido, ainda que em valor absoluto não seja muito relevante, praticamente duplicou, passando de aproximadamente 177 mil euros, para cerca de 354 mil euros. Este aumento reflete, em parte, a despesa do município com os encargos com a segurança social, dos 31 estagiários admitidos no ano de 2013, no âmbito da Medida Emprego Estágios.

Execução das GOP's – Grandes Opções do Plano

A execução das Grandes Opções do Plano, espelha o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal e apresenta as intervenções realizações levadas a cabo pelas várias áreas de atuação, organizadas por programas, projetos e ações.

O quadro seguinte reflete a execução das GOP's por funções, que nos permite extrair informação sobre o a agregação do volume financeiro que a Autarquia investiu nas diversas áreas durante o exercício económico de 2013.

CLASSE FUNCIONAL	DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	GRAU DE EXECUÇÃO
01	FUNÇÕES GERAIS	2.126.009,40	1.883.254,43	88,58%
02	FUNÇÕES SOCIAIS	8.018.826,32	6.523.188,92	81,35%
03	FUNÇÕES ECONÓMICAS	6.848.702,20	4.788.855,12	69,92%
04	OUTRAS FUNÇÕES	478.977,36	412.748,73	86,17%
Total Geral		17.472.515,28	13.608.047,20	77,88%



Da análise, mais global, da execução das GOP's por Funções, podemos verificar que o principal desvio ocorreu nas funções económicas, apesar de ter observado um grau de execução que se aproximou de 70%, o que merece ser sublinhado pelo expressão positiva que tal situação expressa.

Este desvio relativo prende-se com a reprogramação no domínio dos transportes rodoviários, consequente á deslocação de alguns trabalhos (inerente ao período invernosu adverso) para o ano de 2014.

No domínio das funções sociais, o desvio é bem inferior a 20%, o que deve ser salientado, face ao valor global que esta função representa no quadro das restantes GOP's.

PROGRAMAS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE PREVISTO	MONTANTE EXECUTADO	DESVIO	% EXECUÇÃO FACE AO TOTAL
01	FUNÇÕES GERAIS				
111	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.779.712,99	1.636.902,33	8,02	12,03
121	PROTEÇÃO CIVIL	346.296,41	246.352,10	28,86	1,81
02	FUNÇÕES SOCIAIS				
211	ENSINO NÃO SUPERIOR	83.285,80	62.622,07	24,81	0,46
212	SERVIÇOS AUX. ENSINO	1.305.806,07	1.139.719,77	12,72	8,38
221	SERVIÇOS INDIV. SAÚDE	100,00	0,00	100,00	0,00
232	AÇÃO SOCIAL	291.235,95	265.970,27	8,68	1,95
241	HABITAÇÃO	20.974,23	20.349,23	2,98	0,15
242	ORDENAM. TERRITÓRIO	49.983,75	33.351,75	33,27	0,25
243	SANEAMENTO	1.998.669,66	1.150.210,15	42,45	8,45
244	ABASTECIMENTO ÁGUA	22.306,00	15.963,94	28,43	0,12
245	RESÍDUOS SÓLIDOS	1.149.279,00	950.174,51	17,32	6,98
246	PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE	1.779.608,41	1.665.257,35	6,43	12,24
251	CULTURA	691.726,67	653.552,51	5,52	4,80
252	DESPORTO RECREIO LAZER	620.850,78	566.017,37	8,83	4,16
253	OUTRAS ACT. CÍVICAS RELIG.	5.000,00	0,00	100,00	0,00
03	FUNÇÕES ECONÓMICAS				
310	AGRIC. PEC. SILV. CAÇA PESCA	500,00	0,00	100	0,00
320	INDUSTRIA ENERGIA	68.703,85	86,10	99,87	0,00
331	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	5.555.815,72	4.030.669,91	27,45	29,62
340	COMÉRCIO E TURISMO	844.442,56	448.699,82	46,86	3,30
341	MERCADOS E FEIRAS	266.482,10	235.643,52	11,59	1,73
342	TURISMO	112.757,97	73.755,77	34,59	0,54
04	OUTRAS FUNÇÕES				
410	OPER. DÍVIDA AUTÁRQUICA	105.817,19	90.067,64	14,88	0,66
420	TRANSF. ENTRE ADMINISTR.	100,00	0,00	100	0,00
430	DIVERSAS NÃO ESPECIFIC.	373.060,17	322.681,09	13,5	2,37
	TOTAL GERAL	17.472.515,28	13.608.047,20	22,12	100,00

As rubricas mais representativas destas despesas, que poderão ser analisadas em pormenor no Mapa de Execução Anual das Grandes Opções do Plano, inserto na Prestação de Contas, são:

Nas **Funções Gerais**, destacam-se pela expressão do respetivo valor, a Proteção Civil e Luta Contra Incêndios, com uma taxa de execução de 71%, as rendas das obras efetuadas pela parceria público privada, com uma execução média de 93% e o Protocolo de Transferência Anual para as Freguesias com uma execução de 99,95%.

Nas **Funções Sociais**, evidenciam-se pela relevância do seu valor:



Nos Serviços Auxiliares de Ensino, os Transportes Escolares com execução de 88,75%, (o que é significativo face ao valor desta rubrica) e a Ação Social Escolar (realizada através de protocolos com as Juntas de Freguesia, Instituições e Agrupamentos de Escola) com a execução média de 98,59%; além das refeições escolares que apresentam uma execução de 85,34%.

Na Ação Social – as transferências para o Centro Social S. Salvador de Tonda, Centro Social Canas de Sta Maria, Centro Social de Barreiro de Besteiros e Centro Paroquial de Santiago de Besteiros, evidenciam uma execução de 100.00% e o “Convívio Sénior” que também apresenta uma igual taxa de execução. Também merece destaque a comparticipação dos centros de Animação Local que evidência uma taxa de execução de 91%.

No Saneamento – Destacaram-se a Construção da Nova ETAR de Tondela e da requalificação da ETAR – ZIM Adiça que, sendo obras plurianuais, apresentam taxas de execução de 27,88% e 74,19%, respetivamente. A par destas obras, também a construção da ETAR do Couço apresenta-se com uma execução de 34,37%, conseqüente à suspensão ocorrida, em virtude das condições meteorológicas adversas.

Durante o presente ano ultimaram-se algumas das ETAR que constavam dos contratos de financiamento enquadradas no POVT - Programa Operacional de Valorização do Território, o que permitiu concretizar uma notória capacidade de beneficiar o tratamento das águas residuais domésticas, o que muito contribuirá para a melhoria do meio recetor.

Nos Resíduos Sólidos Urbanos – Verifica-se uma execução de 82,67% nas Transferências para a Associação de Municípios do Planalto Beirão, no âmbito da Recolha de RSU e da Exploração de Sistema, o que coloca o Município no quadro dos que cumprem os seus pagamentos, pois a diferença que se verifica na concretização prende-se com faturas que, à data desta demonstração, ainda não se encontravam vencidas.

Na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza – A Requalificação do “Monte Calvário” – Campo de Besteiros e a Requalificação da “Estação de Arte Rupestre” - Molelinhos, apresentam um grau de concretização de 100%. Também se destaca o investimento bem expressivo do Arranjo Urbanístico da Praça Besteiros, com o nível de execução de 97,73%.

Na Cultura – Destaca-se a execução plena da obra do Arquivo Municipal-Requalificação/Adaptação da Escola Nº1, a par da concretização do Plano de Comunicação – 365T+ “O desafio da prosperidade”, que apresenta um grau de execução de 85,70%

Cumpriram-se os Protocolos de transferências para o Movimento Associativo com uma taxa de execução de 96,45% e também se concretizaram as parcerias associadas ao apoio à produção cultural - Queima do Judas e Tom de Festa. Também se concretizou o projeto “Marchas de Santo António”, sendo que a respetiva transferência financeira para as entidades participantes não foi materializada no presente ano.

No Desporto, Recreio e Lazer – Cumpriram-se os Protocolos de transferências para o Projeto Combate ao Sedentarismo – “Saúde em dia”, o Protocolo de transferências de apoio ao projeto “Escola de Natação” teve uma concretização de 93,73% e o Movimento Associativo, teve uma execução de 99,08 %. De igual forma concretizou-se o projeto “Jogos Desportivos”.

Nas **Funções Económicas**, evidenciam-se pela relevância do seu valor:

Indústria e Energia – Na Iluminação Pública – Bips e Iluminárias, a execução é absolutamente residual, o que se enquadra no plano do Município de contenção de despesa neste domínio e de poupança energética.

Transportes Rodoviários – De notar o grande investimento que se está a desenvolver na Requalificação da ER 230–Função/Molelos–Campo de Besteiros-Caramulo e

acessos a Santiago de Besteiros (obra plurianual), que viu o seu grau de concretização (48,66%) atrasado, face ao tempo adverso verificado no outono e no inverno.

A requalificação da antiga Ex-EN2 e Estradas Municipais Confluentes, em Canas de Santa Maria, apresenta uma taxa de execução de 95,19%, tendo-se concluído a intervenção nesta infraestrutura.

Ainda no domínio de grandes intervenções, a requalificação da Estrada Municipal 1519 e das Estradas Municipais de ligação à Estrada Regional 228, apresenta uma concretização de 96,96%, o que é muito satisfatório.

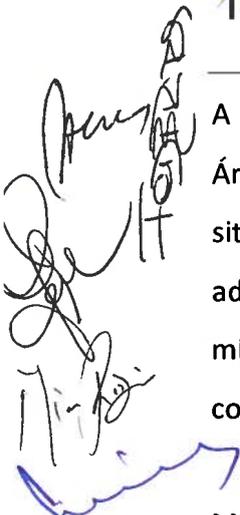
Também é significativo o investimento feito em conservação de vias municipais, seja em conservação corrente (98,40%), seja na celebração de acordos com as Juntas de Freguesia (Protocolos-Arruamentos-Transferências) onde se verifica uma taxa de concretização de 78,69%, num volume financeiro próximo de meio milhão de euros.

Verificaram-se, ainda, ações de Beneficiação da Rede Viária, ou de requalificação Urbana nas Freguesias, que tiveram significativos graus de execução, sendo o investimento nestas intervenções de montante bem expressivo.

Por fim, refira-se a intervenção na Ponte sobre o Rio de Barreiro de Besteiros e obras complementares, cuja urgência foi determinada pelo colapso dessa infraestrutura na primavera do ano a que se reporta a presente prestação de contas, e que teve uma concretização financeira de 31,44%, já que o restante valor executado só terá maturidade financeira no exercício do próximo ano.

Comércio e Turismo – A conclusão da Regeneração Urbana ao Centro Histórico de Tondela (grau de concretização de 98,16%), após alguns anos de execução, com atrasos consequentes à situação económica do adjudicatário, foi o corolário de um processo que não se esgota na concretização desta obra, mas que marca uma aposta na revitalização da área nobre da cidade.

Ainda no quadro desta projeto de Regeneração Urbana, foi concluída a Construção do Parque de Estacionamento (execução de 90,29%) o que se reveste como um novo equipamento para favorecer a revitalização do comércio, serviços e habitação na área envolvente.



A nota menos positiva prende-se com a Requalificação do Mercado Municipal e Áreas Envolventes, que depois de adjudicada, teve um início insipiente, o que, face á situação de insolvência do adjudicatário, levará o município a tomar a posse administrativa da obra, para dar início a novo procedimento concursal, visando minorar os efeitos nefastos que a situação arrasta, em particular para os comerciantes desse espaço.



Mercados e Feiras - A realização da FICTON - Feira Industrial e Comercial de Tondela é o maior marco de afirmação e de promoção das potencialidades do território. No presente ano esta Feira alargou-se a outras realizações, onde se incluiu a Viagem do Elefante, espetáculo de rua produzido pela ACERT e Flôr de Jara. Verifica-se um montante executado de 235.643,52€ e um nível de execução de 88,42%, onde se deve incluir a criação da estrutura/stand, equipamento que servira para outros eventos, além de no mesmo montante executado estarem verbas transitadas do ano precedente.

Turismo – Referencia-se a realização do caramulo Motorfestival, com execução financeira de 100% e a Gestão e Animação da Ecopista do Dão, em parceria com os demais municípios desta infraestrutura e a Comunidade Intermunicipal da Região Viseu Dão Lafões, com um grau de concretização de 70,53%.

Nas **Outras Funções**, observa-se uma concretização de 85,30% para Amortizações de Empréstimos da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, o que representa 87.903,25€ de montante executado em transferências.

A celebração de protocolos diversos com freguesias também evidencia um grau de realização de 88,59%, a que corresponde um montante de 116.500€ transferidos.

ANÁLISE PATRIMONIAL

O Balanço e a Demonstração de Resultados, em conjunto com o Mapa de Fluxos de Caixa, proporcionam uma visão completa sobre a situação financeira, patrimonial, económica e monetária do Município a 31-12-2013.

Balanço

O Balanço mostra-nos a posição financeira e patrimonial do Município a 31 de dezembro de 2013, comparando-a com a do exercício anterior.

Balanço	2013	2012
ATIVO	94.282.500,08	90.335.969,89
Ativo Fixo	87.351.769,44	83.866.290,60
Bens de Domínio Público	40.117.481,43	36.601.669,42
Imobilizações Incorpóreas	0,00	1.852,74
Imobilizações Corpóreas	47.209.788,01	47.238.268,44
Investimentos Financeiros	24.500,00	24.500,00
Ativo Circulante	6.930.730,64	6.469.679,29
Existências	31.536,91	31.626,53
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	277.391,00	2.510.592,92
Disponibilidades	3.222.311,25	3.897.841,41
Acréscimos e Diferimentos	3.399.491,48	29.618,43
FUNDOS PRÓPRIOS	50.100.571,75	45.567.699,31
Património	25.449.814,83	25.294.614,83
Reservas Legais	799.302,69	691.543,45
Subsídios	921.710,46	918.035,09
Doações	23.960,36	23.960,36
Resultados Transitados	21.030.714,47	16.484.360,77
Resultado Líquido do Exercício	1.875.068,94	2.155.184,81
PASSIVO	44.181.928,33	44.768.270,58
Dívida a Terceiros - Médio e Curto Prazo	4.280.738,77	5.865.014,36
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	2.857.768,02	2.994.555,35
Acréscimos e Diferimentos	37.043.421,54	35.908.700,87

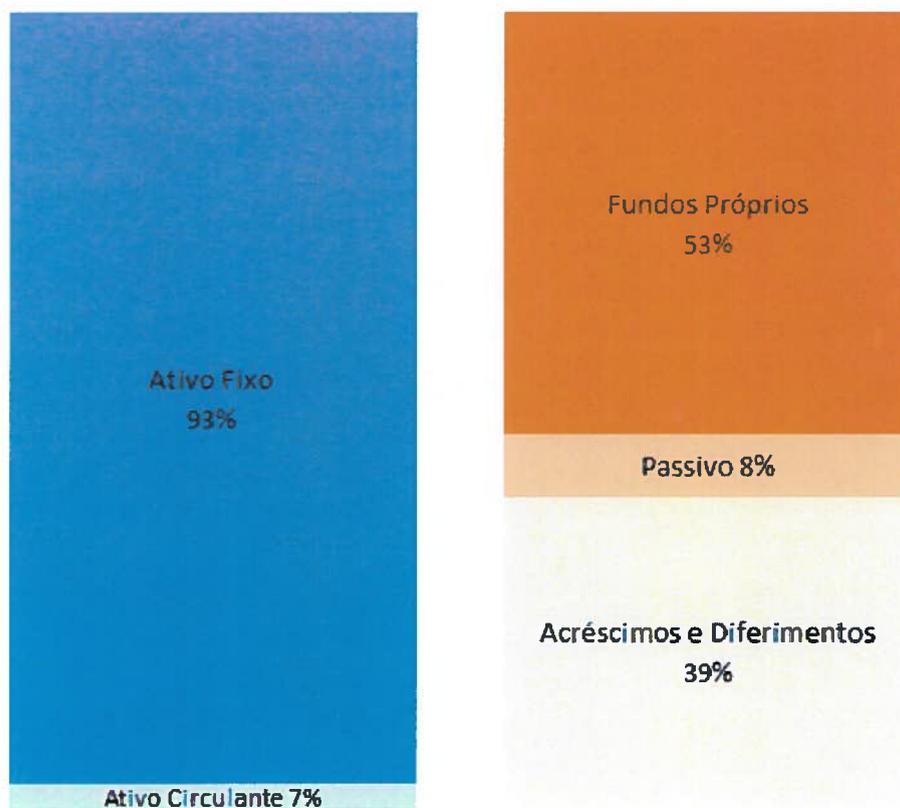
Na análise à situação económico-financeira de 2013 sobressai a diminuição das dívidas do Município a terceiros face a 2012, ou seja, o decréscimo do Passivo. As dívidas a fornecedores de curto prazo, tiveram uma redução de 5%, baixando de 2.994.555,35 para 2.857.768,02€ (valor que inclui 882.823,19 de cauções prestadas

por fornecedores). Por outro lado, a dívida bancária reduziu-se no ano de 2013, em 1.584.275,59€, donde resulta que o Município de Tondela, no global, diminuiu a dívida a terceiros, no último ano, em 1.721.062,92€.

Os Bens e Direitos que compõem o Ativo do Município totalizavam no final de 2013 94.282.500,08€, tendo este valor maioritariamente origem nos Fundos Próprios do Município e não nos Passivos.

Estrutura do Balanço

2013



A estrutura do Balanço evidencia que o Ativo Fixo, ou seja, os bens duradouros e as participações do Município noutras entidades, representam a grande maioria do Ativo (93%). Por outro lado, no Ativo Circulante temos as Disponibilidades do Município, que no seu conjunto representam 46% deste agregado, sendo que 2.207.946,64€ diz respeito a saldo orçamental e 1.014.364,61€ a saldo de operações de tesouraria. Refira-se que no saldo orçamental está incluído um depósito a prazo detido pelo Município, no valor total de 500.000€.



Temos ainda, com um peso 49% no Ativo Circulante, os acréscimos e diferimentos. A este nível, importa referir que, no ano de 2013, e pela primeira vez, dando cumprimento ao Princípio da Especialização ou do Acréscimo, de acordo com o estipulado no POCAL (o que implica que o registo contabilístico de todos os custos e proveitos seja efetuado no exercício a que dizem respeito, mesmo que sejam suportados/recebidos em exercícios económicos diferentes), o Município de Tondela passou a refletir no seu Balanço acréscimos de proveitos. Destaca-se o impacto resultante da especialização do IMI e da Derrama (3.099.398,26€), visto tratarem-se de impostos onde esta regularização contabilística se impunha, uma vez que a respetiva arrecadação ocorre no ano seguinte àquele a que a liquidação do imposto diz respeito.

Refira-se ainda que em 2013 comparativamente com 2012, se registou um aumento de 3.946.530,19€ do Ativo Líquido, o qual corresponde ao valor de aquisição ou custo dos equipamentos, deduzido das respetivas amortizações, anuais e extraordinárias.

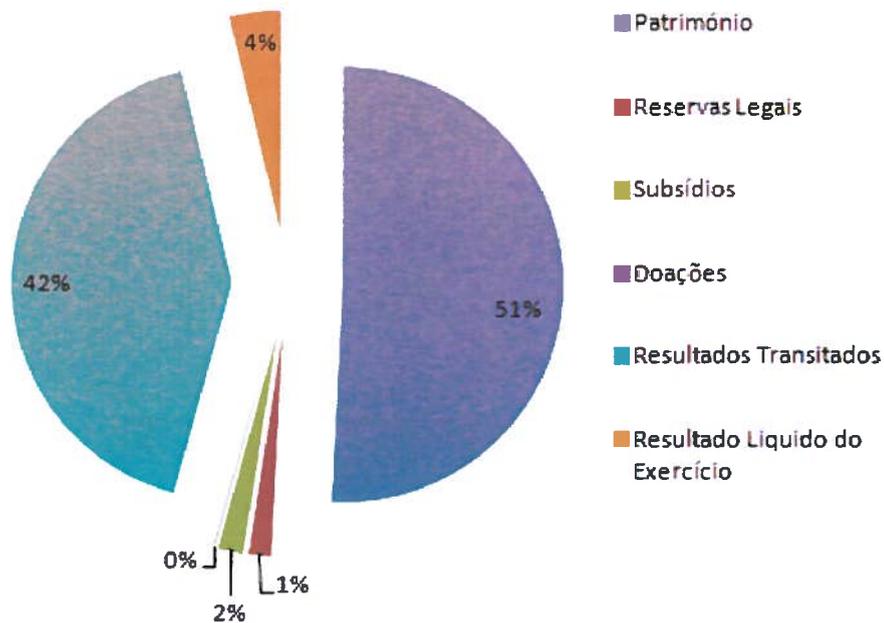
Ao nível dos Fundos Próprios, verifica-se uma redução no Resultado Líquido do Exercício, passando de 2.155.184,81€ em 2012 para 1.875.068,94€ em 2013, variação que, desde logo, se justifica pelo impacto, muito significativo no resultado líquido (73%), do custo extraordinário que acarretou a doação de três frações do edifício Centro de Recurso Culturais, que o Município de Tondela concretizou no exercício de 2013 a favor da ACERT. No entanto, com a passagem dos resultados líquidos de 2012 para a conta de resultados transitados, nos termos da deliberação de aprovação do Relatório e Contas de 2012 pela Câmara Municipal, a variação global dos Fundos Próprios é positiva, aumentando cerca de 10% face a 2012.

Em suma, a 31-12-2013, o Município de Tondela apresentava uma Situação Líquida de 50.100.571,75€, com a composição que a seguir se esquematiza.

Handwritten signatures and notes in blue ink, including an arrow pointing towards the pie chart.

Fundos Próprios

2013



Verifica-se que os Fundos Próprios são maioritariamente constituídos pelo Património (51%) e pelos Resultados Transitados (42%), sendo que estes refletem o acumulado dos Resultados Líquidos, e respetivos ajustamentos, dos anos anteriores a 2013, indicando o seu valor que, até 31-12-2012, o Município apresentou resultados positivos de 21.030.714,47€.

Quanto ao Passivo do Município de Tondela, é na sua grande maioria de médio e longo prazo, não fazendo deste modo pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios. Os acréscimos e diferimentos, inscritos no Passivo, sofreram um aumento face a 2012 de 1.134.720,67€, que se justifica maioritariamente pela contabilização das participações financeiras ao investimento municipal, relativos a subsídios recebidos e a receber. É de sublinhar que estes valores, apesar de estarem inscritos no Passivo, não correspondem a nenhuma forma de dívida do Município, mas apenas ao diferimento de proveitos, dando assim cumprimento ao Princípio da Especialização, já anteriormente invocado. Neste sentido, os subsídios recebidos pelo Município a título de participação ao investimento em imobilizado corpóreo, só deverão ser reconhecidos como proveitos à medida que forem

contabilizadas as depreciações (amortizações) do imobilizado a que dizem respeito. Até lá, estes valores têm que estar refletidos na rubrica de acréscimos e diferimentos.

Neste sentido, os 37.043.421,54€ que figuram no lado do Passivo no Balanço não correspondem a dívida do Município, sendo que 98% daquele valor corresponde ao já explicitado diferimento de proveitos (comparticipações ao investimento), e os restantes 2% referem-se à previsão de custos respeitantes a 2013 que, à data de 31-12-2013, não se encontravam registados na contabilidade, por exemplo, por falta de documento contabilístico. É o caso da faturação de resíduos sólidos e urbanos, relativa a dezembro de 2013, ou ainda, dos encargos com subsídio e mês de férias de 2013 a pagar em 2014, movimentos de regularização contabilística igualmente realizados pela primeira vez no exercício de 2013, tendo em vista o cumprimento do Princípio da Especialização. Nestes termos, é possível afirmar que o Município apresenta uma imagem real e fidedigna da sua situação económica e financeira.

Concluindo, de 2012 para 2013, registou-se uma diminuição do Passivo financeiro municipal em cerca de 1.721.062,92€, um crescimento dos Fundos Próprios de 4.546.353,70€ e um aumento do valor líquido do Ativo em 3.946.530,19€.

Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados permite uma análise dos fatores que influenciaram o Resultado Líquido do Exercício obtido.

Resumo da Demonstração de Resultados		2013	2012
Resultados Operacionais	(A)	1.641.840,11	1.830.206,29
Resultados Financeiros	(B)	43.020,28	28.587,52
Resultados Correntes	(A)+(B)	1.684.860,39	1.858.793,81
Resultados Extraordinários	(C)	190.208,55	296.391,00
Resultado Líquido do Exercício	(A)+(B)+(C)	1.875.068,94	2.155.184,81

Os Proveitos Operacionais continuam a ultrapassar largamente os custos da mesma natureza, traduzindo-se em Resultados Operacionais de 1.641.840,11€. A diminuição face a 2012 resulta do aumento dos custos, nomeadamente, dos custos com Transferências correntes concedidas, do aumento de custos com amortizações e do aumento de custos com pessoal, dado que no ano de 2013, ao contrário do sucedido em 2012, foram pagos os subsídios de férias aos trabalhadores.

O aumento dos Resultados Financeiros de 2012 para 2013 resulta da redução mais do que proporcional dos custos face à redução dos proveitos desta mesma natureza, uma vez que se, por um lado, o Município viu reduzir os juros obtidos, visto ter utilizado parte do depósito a prazo que no início de 2013 detinha no valor de 1.000.000€, por outro, não contraiu novos empréstimos e ainda reduziu os custos com o serviço da dívida, dado que alguns dos empréstimos estão a atingir o fim do prazo.

Os Resultados Extraordinários diminuíram em 2013 face a 2012, apesar do aumento registado nos proveitos extraordinários em 2013 comparativamente a 2012, os custos desta natureza sofreram um aumento mais do que proporcional àquele, por um lado, pelo aumento verificado nos custos com transferências de capital, e por outro, pelo impacto nos custos resultante da doação do edifício Centro de Recurso Culturais, já antes explicitado.

O Resultado Líquido do Exercício foi de 1.875.068,94€, valor que reflete a capacidade do Município em gerar proveitos, para fazer face aos seus custos e criar margem para continuar a consolidar o Investimento. O Resultado final do exercício de 2013 tem a sua origem maioritariamente na atividade operacional, contando igualmente com o contributo de resultados extraordinários que, apesar de terem diminuído, se mantiveram positivos.

Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e os pagamentos, tanto resultantes de operações orçamentais, como de operações de tesouraria, evidenciando também os saldos da gerência anterior e para a gerência seguinte (3.222.311,25€), encontrando-se dividido segundo a sua origem, 2.207.941,64 € resultante da execução orçamental e 1.014.364,61€ de operações de tesouraria.

Fluxos de Caixa		2013
Recebimentos		
Saldo da Gerência Anterior		3 897 841,41
Execução Orçamental	2 951 091,17	
Operações de Tesouraria	946 750,24	
Total das Receitas Orçamentais		22 499 204,92
Receitas Correntes		16 161 079,83
Receitas Capital		6 247 792,67
Receitas Outras		90 332,42
Operações de Tesouraria		1 441 516,65
Pagamentos		
Total das Despesas Orçamentais		23 242 349,45
Despesas Correntes		13 405 655,40
Despesas Capital		9 836 694,05
Operações de Tesouraria		1 373 902,28
Saldo para a Gerência Seguinte		3 222 311,25
Execução Orçamental	2 207 946,64	
Operações de Tesouraria	1 014 364,61	

Os valores de operações de tesouraria referem-se a retenções que o Município faz aos próprios funcionários e aos eleitos locais em regime de permanência, relativas a: C.G.A., I.R.S., I.G.F.S.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades de acordo com os prazos legais estipulados. Estão, ainda, incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pelo Município referentes a cauções e garantias relativos a fornecimentos e empreitadas.

Sobre o saldo para a gerência seguinte, no valor de 3.222.311,25€, correspondente ao valor contabilístico em Disponibilidades, Depósitos em instituições financeiras e Caixa, conforme Balanço, a 31-12-2013, importa deixar as seguintes notas:

Nota 1) Ocorreram no ano de 2003 na Tesouraria do Município de Tondela, factos que foram objeto de decisão Judicial, e que pelas consequências financeiras importa que sejam explicitados neste Relatório.

Em Disponibilidades constituídas pelas contas Caixa e Depósitos em instituições financeiras, depois de efetuadas as respetivas reconciliações bancárias e retificações de lançamentos que até à data de 11/08/2003 não haviam sido contabilizados, apurou-se:

Diferença Verificada no Saldo de Caixa em 11/08/2003	134.610,20€
Valor de cheques levantados e não movimentados	987.132,31€
Montante do Alcance.....	(1.121.742,51€)

(Um milhão cento e vinte e um mil setecentos e quarenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos)

Assim, o saldo para a gerência seguinte constante do Mapa de Fluxos de Caixa de 2013, na linha da metodologia seguida em anos anteriores, ainda não reflete a situação de alcance ocorrida em 2003.

Contudo, importa referir que no exercício de 2014 proceder-se-á ao movimento contabilístico de regularização que reponha a situação patrimonial em conformidade com a atual realidade.

Considera-se que a diminuição do saldo das contas de disponibilidades deverá fazer-se por contrapartida de uma conta de terceiros, atendendo ao termo do Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 18 de janeiro de 2006, que condenou as Arguidas à reposição das verbas tendo o Município em curso as competentes diligências para a sua efetiva execução.

Assim, nesta conformidade, proceder-se-á em 2014 como a seguir se sintetiza:

1. Pela regularização da OT:

12 (Operações de tesouraria)
295.120,00 €

2. Pela regularização da OO:

11
134.610,20 €

12 (Operações orçamentais)
692.012,31 €

268 – Devedores diversos
1.121.742,51 €

Em complemento, será igualmente corrigido em 2014 o saldo da gerência anterior (2013) constante do Mapa de Fluxos de Caixa no valor do alcance, 1.121.742,51 €, o qual será expurgado, em operações orçamentais e de tesouraria, pelos respetivos valores do alcance ocorridos nestas contas.

Desta forma, a partir do exercício de 2014, efetuados aqueles registos e correções, será refletida a imagem apropriada relativamente ao saldo de gerência e ao saldo de disponibilidades.

NOTA 2) O furto ocorrido na tesouraria deste município em 11/02/2013, originou um alcance no montante de 892,25 euros, relativamente ao saldo de caixa, o qual não está refletido, por se encontrar em fase de inquérito.

Diferença Verificada no Saldo de Caixa em 11/08/2003	134.610,20€
Diferença Verificada no Saldo de Caixa em 11/02/2013	892,25€
Diferença Total Verificada no Saldo de Caixa em 31/12/2013.....	135.502,45€

LIMITES LEGAIS PARA O ANO DE 2013

Redução de trabalhadores nas autarquias locais

Nos termos do artigo 65.º da Lei do Orçamento de Estado para 2013, aprovado pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, as autarquias locais durante o ano de 2013 estavam obrigadas a reduzir, no mínimo, em 2% o número de trabalhadores face aos existentes em 31 de dezembro de 2012.

No caso do Município de Tondela, a redução que se impunha em 2013 era de pelo menos 7 trabalhadores, dado que em 31 de dezembro de 2012 o número de efetivos em funções no município era de 313 trabalhadores.

	31-12-2012	31-12-2013	Redução obrigatória		Redução efetiva	
			(%)	valor	(%)	valor
Pessoal ao serviço	313	296	2%	-7	6%	-17

A 31 de dezembro de 2013, verifica-se que o Município de Tondela reduziu 17 trabalhadores, ou seja, regista-se uma variação de -5,43% face ao período homólogo. A redução foi alcançada por aposentações, por morte, por rescisão de contratos por termo do prazo ou por iniciativa dos trabalhadores. Deste modo, conclui-se que o objetivo foi atingido sem que as saídas tenham ocorrido por iniciativa do Município de Tondela.

Limites ao endividamento da autarquia: Médio/Longo Prazo e Líquido

No exercício de 2013, manteve-se para o Endividamento de Médio e Longo Prazo e para o Endividamento Líquido a existência de 2 limites legais de endividamento. Assim, para cada um dos casos temos, por um lado, o limite que decorre do previsto na Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e por outro, o limite imposto pela Lei do Orçamento de Estado para 2013.

De acordo com os limites de endividamento fixados pela Lei das Finanças Locais (LFL), calculados com base nas receitas previstas no n.º 1 do artigo 37.º, o Município de Tondela apresentava para 2013 os seguintes limites de endividamento:

- Médio e Longo Prazo - 13.169.838,02€
- Líquido - 16.462.297,53€.

Não obstante, e tal como referido, em 2013, os Municípios, para além de terem de cumprir os limites previstos na LFL, tinham igualmente de cumprir os limites de endividamento introduzidos pela Lei do Orçamento de Estado para 2013, com vista a assegurar uma variação global nula do endividamento municipal no seu conjunto.

Assim, para 2013, o montante do limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo introduzido pelo artigo 98.º da Lei do Orçamento de Estado é igual ao fixado pela LFL, ou seja, **13.169.838,02€**, mas estando a contração de novos empréstimos condicionada ao valor do rateio comunicado pela DGAL. Deste modo, coube ao Município de Tondela, em 2013, um *plafond* para novos empréstimos no valor 1.793.862€, não tendo, contudo, o Município contratado qualquer empréstimo bancário durante o ano de 2013.

Quanto ao Endividamento Líquido, o novo limite introduzido pela Lei do Orçamento de Estado para 2013 é igual ao menor dos valores:

- limite de endividamento líquido fixado para 2012 - 4.524.069,04€
ou;
- limite resultante da LFL - 16.462.297,53€

Nestes termos, o limite que se impôs em 2013 para o Município de Tondela é igual ao limite que havia sido fixado para 2012, **4.524.069,04€**, por ser substancialmente inferior ao que resulta do limite fixado pela LFL.

Para o cálculo do Endividamento Líquido total do município, em 2013, foi considerado o montante global obtido pela diferença entre a soma dos Passivos e a soma dos Ativos Financeiros do Município de Tondela, excluindo o montante dos empréstimos em dívida excecionados, o qual em 31 de dezembro de 2013 se cifrava em 1.669.747,64€, e adicionando o montante global da Contribuição SM, AM, SEL para o endividamento municipal que, de acordo com os dados provisórios comunicados ao Município pela AMRPB (contribuição de 673.799,72€) e pela CIM Dão Lafões (contribuição de - 64.185,53€), provocam um impacto sobre o endividamento líquido total do Município no valor de 609.614,19€.

Em síntese, apresenta-se o quadro seguinte onde não só se evidenciam os vários limites referidos, como se demonstra o cumprimento integral e absoluto do Município de Tondela face a cada um deles.

Ano 2013									
Limites da LFL		Limites da LOE 2013			Endividamento Municipal a 31.12.2013			Margem de Endividamento	
MLP	EL	MLP	Rateio DGAL	EL	MLP	Empréstimos contraídos	EL	MLP	EL
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9) = (3) - (6)	(10) = (5) - (8)
13.169.838,02	16.462.297,53	13.169.838,02	1.793.862,00	4.524.069,04	2.610.991,13	0,00	-189.593,69	10.558.846,89	4.713.662,73

Concluindo, constata-se que a 31 de dezembro de 2013, o Município de Tondela possuía uma margem muito confortável em termos de Endividamento de Médio e Longo Prazo, visto registar a este nível um valor de endividamento de apenas 2.610.991,13€, ou seja, um valor 80% inferior ao limite legal estabelecido na Lei do Orçamento de Estado para 2013. Quanto à situação face ao limite de Endividamento Líquido Total, o Município de Tondela regista, no final de 2013, endividamento negativo (-189.593,69€), daí resultando uma larga margem de endividamento, a qual vai para além do limite fixado pela Lei do Orçamento de Estado para 2013.

Assim, durante o ano de 2013, o Município de Tondela não só contribuiu para a redução da Dívida Pública, com 1.584.275,59€, respeitante ao valor das amortizações de empréstimos de médio e longo prazo realizadas no exercício, como também deu um contributo positivo para a redução do Défice do Orçamento do

Estado, com 1.278.376,14€, uma vez que o Endividamento Líquido em 31-12-2013 era inferior neste montante, ao existente no início do ano.

Pagamentos em atraso

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º da Lei do Orçamento de Estado para 2013, os municípios estavam obrigados a reduzir, até ao final de 2013, no mínimo 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2012. Refira-se que, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo, os municípios estavam igualmente sujeitos à verificação do cumprimento do objetivo de redução intercalar, ou seja, no final do 1.º semestre de 2013, tinham que reduzir no mínimo 5% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SIIAL em setembro de 2012.

A este nível, o Município de Tondela, considerando que em setembro de 2012 apresentava um *stock* de pagamentos em atraso registado no SIIAL de 152.896,35€, estava obrigado a reduzir aquele stock, no mínimo para o valor de 145.251,53€, no final do 1.º semestre, e para o valor de 137.606,72€, no final de 2013.

Assim, através do quadro seguinte, verifica-se que os objetivos fixados foram amplamente superados e alcançados logo no primeiro momento de controlo.

Stock dos pagamentos em atraso registados no SIIAL a 30-09-2012	Objetivo de redução dos pagamentos em atraso		Objetivo final para o stock de pagamentos em atraso		Stock de pagamentos registados pelo Município no SIIAL	
	30-Jun-2013	31-Dez-2013	30-Jun-2013	31-Dez-2013	30-Jun-2013	31-Dez-2013
(1)	(2)=(1)*5%	(3)=(1)*10%	(4)=(1)-(2)	(5)=(1)-(3)	(6)	(7)
152.896,35	7.644,82	15.289,64	145.251,53	137.606,72	39.619,28	39.619,28

Acresce, no entanto, que de acordo o n.º 1 do artigo 76.º do Decreto de Execução Orçamental para 2013, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março, os compromissos plurianuais gerados por acordos de liquidação de pagamentos em atraso não relevam para efeitos do cumprimento do disposto no artigo 96.º da Lei

n.º 66 -B/2012, de 31 de dezembro. Donde, com esta disposição o legislador veio clarificar que a redução prevista no mencionado artigo 96º deveria ser uma redução efetiva, ou seja, por pagamento das dívidas e não por celebração de acordos de pagamento.

Neste sentido, deve ser considerado o valor em dívida a 31 de dezembro de 2013 de acordos de pagamento celebrados após Setembro de 2011 e que envolvam dívidas que tenham sido reportadas como pagamentos em atraso em setembro de 2011, ou nos reportes mensais posteriores a essa data. Os valores em dívida de acordos de pagamento à data de dezembro de 2013 deverão, como tal, ser somados aos pagamentos em atraso reportados no SIIAL referentes a dezembro de 2013, por forma a, assim, aferir do cumprimento da redução efetiva de 10% determinada no n.º 1 do artigo 96ª da Lei do Orçamento de Estado para 2013.

Resumidamente, e conforme o quadro em baixo, verifica-se que também com base na metodologia determinada pelo Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2013, o cumprimento dos objectivos de redução do *stock* de pagamentos em atraso, impostos para 2013, ao Município de Tondela, foram plenamente atingidos.

	Stock dos pagamentos em atraso a 30-09-2012	Objetivo de redução dos pagamentos em atraso		Objetivo final para o stock de pagamentos em atraso		Redução efetiva registada pelo Município	
		30-Jun-2013	31-Dez-2013	30-Jun-2013	31-Dez-2013	30-Jun-2013	31-Dez-2013
	(1)	(2)=(1)*5%	(3)=(1)*10%	(4)=(1)-(2)	(5)=(1)-(5)	(6)	(7)
Montante registado no SIIAL	152.896,35	7.644,82	15.289,64	145.251,53	137.606,72	39.619,28	39.619,28
Montante resultante de acordos de pagamento celebrados após setembro de 2011	915.085,37	45.754,27	91.508,54	869.331,10	823.576,83	185.920,81	48.707,81
Total a considerar	1.067.981,72	53.399,09	106.798,17	1.014.582,63	961.183,55	225.540,09	88.327,09

Concluindo, as reduções efetivas dos pagamentos em atraso concretizadas pelo Município de Tondela, ultrapassaram largamente os objectivos fixados para cada um dos momentos de controlo legalmente estabelecidos, mais de 77% no final do 1.º semestre, e mais de 90% no final de 2013.

Compromissos futuros

Nos termos do previsto na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovado pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, cumpre ao Município informar o montante dos compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2013. Assim, encontram-se devidamente registados na base de dados do Município, pelos montantes globais, em cada ano, os compromissos plurianuais que se evidenciam no quadro seguinte.

Ano	Montante
2014	4.482.949,51
2015	1.946.496,48
2016	1.585.862,52
2017 e seguintes	16.175.360,38

Aplicação da variação da receita de IMI na redução do endividamento

A Lei do Orçamento de Estado para 2013 veio, ainda no seu artigo 96º, n.º 4, e sem prejuízo das obrigações de redução dos pagamentos em atraso já analisadas no ponto anterior deste relatório, determinar que o montante da variação de receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, deveria ser obrigatoriamente utilizado na redução do endividamento de médio e longo prazo do município.

Com a aprovação do Primeiro Orçamento Retificativo de 2013, o mencionado artigo 96º, no seu n.º 4, foi alterado, passando a prever a obrigatoriedade de utilizar a variação de receita do IMI na redução do endividamento de médio e longo prazo do município e/ou no pagamento de dívidas a fornecedores registadas no SIIAL a 30 de junho de 2012.

De acordo com a informação prestada pela AT – Autoridade Tributária e Aduaneira, o Município de Tondela, em 2013, obteve uma variação positiva da receita de IMI, resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos, no valor de **153.776,85€**.

Nestes termos, importa aferir do cumprimento da referida obrigação por parte do Município de Tondela, facto que fica demonstrado através do quadro que se apresenta a seguir.

	Dívida no início	Dívida no final	Variação	
			Em valor absoluto	%
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2)	(4)=(3)/(1)*100
Endividamento de Médio e Longo Prazo	5.865.014,36	4.280.738,77	1.584.275,59	27,01%
Dívidas a fornecedores registadas no SIIAL	3.800.994,27	1.402.841,31	2.398.152,96	63,09%
Total da redução do Endividamento do Município	9.666.008,63	5.683.580,08	3.982.428,55	41,20%
Objetivo de redução do endividamento			153.776,85	
Superação do objetivo legalmente fixado até 31-12-2013			3.828.651,70	

Concluindo, o Município de Tondela ultrapassou em 3.828.651,70€ o objetivo de redução legalmente fixado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste relato procurou cumprir-se a função de explicitar, o mais claro possível, o que foi o desempenho das actividades do Município no decurso do ano de 2013.

Orientou-se este relato com preocupações de verdade e transparência.

No cumprimento da alínea i) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, submetem-se à aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas do exercício de 2013, constituídos por:

- Relatório de Gestão;
- Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Execução das Actividades Mais Relevantes (AMR);
- Fluxos de Caixa;
- Execução Orçamental da Receita;
- Execução Orçamental da Despesa;
- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Outros Documentos.

para que possam ser submetidos à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da já citada Lei.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3 do POCAL, o Resultado Líquido do Exercício (RLE) positivo pode ser repartido em Reforço do Património e/ou Constituição ou reforço de Reservas, sendo que nos termos do ponto 2.7.3.5 deve constituir-se o reforço anual da conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do RLE.

Nestes termos, propõe-se que o resultado líquido de **1.875.068,94€** apurado no exercício de 2013, seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais: 93.753,45€ (5%);

Resultados Transitados: 1.781.315,49€ (95%).

Tondela, 17 de Abril de 2014